

O POSITIVISMO DE ÉMILE DURKHEIM

Rejane Vasconcelos Acioly Carvalho

A questão das implicações recíprocas entre o teórico e o empírico encontra-se na base de qualquer discussão sobre a natureza do conhecimento científico e de suas pretensões de atingir o real elucidando suas conexões e determinando suas "leis" com graus de certeza crescentes.

Acreditamos encontrar nas obras de Émile Durkheim "As Regras do Método Sociológico", o "Suicídio" momentos privilegiados à análise dos aspectos mais relevantes dessa questão já que se constituem os primeiros e mais consistentes esforços de transpor uma orientação positivista já dominante no campo das ciências não humanas para o âmbito dos fenômenos sociais.

Examinaremos assim os pressupostos positivistas expressos por Durkheim ao estabelecer as "regras do método sociológico" que o autor pretende se constituam os passos a serem percorridos na construção de um conhecimento objetivo do social, decorrente do registro sistemático de suas manifestações empíricas que conduziriam a "descoberta" das relações regulares ou causais subjacentes. A natureza da explicação nos termos em que é proposta seria determinada pelo *objeto* decorrendo necessariamente das observações acumuladas pelo sujeito. A teoria, consistindo no conjunto de *leis* geradas por esta atividade de registrar dados é considerada, por conseqüência, "produto final" e praticamente destituída das funções de orientar o próprio processo de gestão do conhecimento. Inexiste assim a concepção de uma relação dialética entre teoria e pesquisa. A crença de que o real é apreendido por observações registradas dentro dos parâmetros de controle sistemático e neutralidade do sujeito

empresta ao conhecimento assim obtido caráter de confiabilidade e certeza. O próprio uso do termo *lei* indica nitidamente uma vocação para o absoluto, em que as relações descobertas são apresentadas como verdadeiras e necessárias.

Pretendemos sobremaneira analisar criticamente até que ponto esta sedutora versão de um conhecimento positivo é possível de efetivar-se. Para tanto confrontaremos os preceitos metodológicos propostos por Durkheim com a forma como ele os utiliza no estudo do Suicídio e com os resultados ou *leis* a que chega. Esperamos neste confronto tornar mais transparentes os vínculos entre teoria e pesquisa que, em última análise, envolvem toda uma gama de implicações epistemológicas mais gerais centradas na relação sujeito e objeto no processo de conhecer.

As Regras do Método Sociológico

A preocupação central de Durkheim é demonstrar que é possível um estudo objetivo dos fatos sociais, já que os mesmos preenchem as condições de observabilidade necessárias à demarcação do conhecimento científico. Isto reflete bem o axioma positivista de que “só o observável tem sentido para a ciência” pois os resultados produzidos, desde que se tome os mesmos pontos externos de referência, são necessariamente os mesmos. Da objetividade derivaria a unicidade do conhecimento científico.

O autor inicia pois pela fixação do *objeto de observação da sociologia*, caracterizando o que chama de fatos sociais como entidades reais, autônomas, passíveis de constatação empírica e não redutíveis a qualquer outra ordem de fatos, seja ela psíquica, orgânica ou física.

Os fatos sociais podem ser captados concretamente nos “modos de pensar, sentir e agir” que são regularmente adotados pelos indivíduos em sociedade. A *regularidade* é não apenas interpretada como sintoma de *objetividade* mas, principalmente, como resultante de uma pressão exterior (coerção) que as formas coletivas de pensar, agir e sentir exercem sobre os indivíduos.

Toma assim como caracteres distintivos do fato social:

- a) *seu caráter de exterioridade* em relação às consciências individuais;
- b) *ação coercitiva* que exerce ou é susceptível de exercer sobre os sujeitos.

Justifica a *exterioridade* ao afirmar que as formas coletivas de comportamento antecedem e prosseguem aos indivíduos, o que comprova portanto sua existência e autonomia às consciências e desejos individuais.

A *exterioridade* se efetivaria também na pressão exercida sobre os sujeitos de "fora para dentro" implicando no processo de interiorização ou individualização de formas específicas de comportamentos que se tornam assim gerais.

O autor recorre ao argumento da coercitividade presente no processo de socialização para afirmar que o fato social "é geral porque é coletivo (isto é mais ou menos obrigatório) e está longe de ser coletivo por ser geral. Constitui um estado do grupo que se repete nos indivíduos porque se impõe a eles" (Durkheim, 1974, pág. 7).

Durkheim preocupa-se em afirmar a existência real de uma espécie de "consciência coletiva" distinta das "consciências individuais" e cujas manifestações podem ser captadas nas formas cristalizadas e relativamente permanentes dos preceitos jurídicos, morais, etc., nas "correntes sociais" ou seja, movimentos de opiniões e comportamentos menos consolidados e na base material da vida social tais como tecnologia, formas de habitação, vias de comunicação, etc.

É desta "entidade" consubstanciada e "isolada" através de taxas ou frequência média de ocorrência de certos comportamentos dentro de grupos que o autor extrai todos os elementos explicativos das regularidades encontradas já que ela atuaria como força de pressão externa sobre as consciências individuais.

Desse modo, excluindo a possibilidade de que as crenças, práticas e tendências de grupo tomadas coletivamente sejam determinadas por fatores psíquicos, orgânicos, físicos, etc. Durkheim configura o *objeto de investigação específico da Sociologia*.

O autor anuncia então as regras metodológicas de tratamento deste *objeto* de modo a obter sobre o mesmo um conhecimento que se aproxime de todos os pressupostos positivistas que animavam a ciência àquela época.

A regra que considera fundamental na observação dos fatos sociais é *tratá-los como coisas*. Isto significa considerá-los exteriores aos sujeitos, "dados" que só podem ser penetrados pela observação de suas manifestações, pela descrição do que ocorre. Daí prescrever a suspensão de todas as "pré-noções", que seriam "conceitos da coisa", constituídos a partir da reflexão, dos sentimentos do sujeito e portanto

não refletindo a sua natureza. Como vemos, Durkheim separa a "idéia" do objeto (coisa), mas admite que se a idéia é imposta pela observação do objeto ela se identifica com o mesmo. Portanto os conceitos científicos deveriam ser sempre construídos *a posteriori* e nunca *a priori* ao processo de investigação para garantir assim sua adequação à natureza das "coisas".

Em outras palavras, o que se prescreve é uma atitude de neutralidade do sujeito face ao "objeto de observação" pois que apenas dele poderá vir a *explicação de sua natureza*.

Como forma de excluir as "pré-noções" Durkheim propõe a "construção do objeto positivo da pesquisa" através da fixação de um "conceito inicial" do que irá ser observado. O conceito inicial tem por base o agrupamento ou classificação dos fatos por seus *sinais exteriores* mais evidentes. O ato de classificar, de categorizar, seria neste caso, para Durkheim, inteiramente determinado pelo objeto (pressuposto positivista) e portanto distinto da *classificação lógica* em que o sujeito toma por referência suas próprias idéias.

Como exemplo de *conceito inicial* menciona o agrupamento de todos os fatos que resultam em punição (sinal exterior) como *crime*. Nesse caso todos os fatos incluídos na categoria "crime" deverão ser sistematicamente estudados independente das variações que apresentem quanto aos graus ou modalidades de punição. A seleção antecipada de certos tipos de *crime* contrariaria a orientação positivista de que todo conhecimento é gerado do contacto com o objeto. O preceito a ser seguido na seleção dos *caracteres exteriores* é que sejam *os mais objetivos dentre todos* e portanto que permitam uma classificação correta, ou seja, não agrupar coisas diferentes ou distinguir coisas semelhantes.

Para Durkheim a classificação preliminar dos fenômenos por suas características superficiais é necessária à realização das observações que permitem atingir as causas mais profundas que lhes são subjacentes e que lhes explicam a existência. Os caracteres exteriores considerados não acidentais devem ser para o cientista elos que permitam desvendar as propriedades fundamentais dos fatos.

Ao estabelecer as regras relativas à distinção entre o normal e o "patológico", Durkheim tenta conciliar o ideal cognitivo da "ciência pura" com o ideal pragmático, ou seja, de aplicação do conhecimento sociológico na planificação de conduta humana tendo em vista atingir *fins desejáveis*.

Em se tratando de uma ciência do social, mais ainda o autor julga necessário responder a questão: "de que adianta se esforçar por conhecer o real, se o conhecimento adquirido não nos pode servir em nada na vida prática?" (Durkheim, 1974, pág. 42.) Para Durkheim a questão comporta a delimitação de fronteiras entre o normal e o patológico e como decorrência a distinção de formas de condutas desejáveis em oposição às não desejáveis. Para estabelecer tais distinções sem incorrer em atitudes valorativas, e, portanto, subjetivas, propõe critérios que derivando da própria natureza dos fatos preencheriam assim o requisito de *objetividade* postulado pela versão positivista da ciência.

Neste intuito é que toma como critério de normalidade *o grau de generalidade de ocorrência de um fenômeno em uma espécie social dada*. O tipo normal ou tipo médio poderia ser assim objetivamente construído pela computação "dos caracteres mais freqüentes da espécie em sua forma habitual".

O critério de normalidade social é portanto relativo, pois se refere a regularidade de fenômenos não em abstrato mas considerando as espécies sociais ou tipos de sociedade nos diferentes estádios de evolução em que se encontrem.

Desse modo o crime é *normal* se considerarmos que ocorre com uma freqüência regular e específica em todos os tipos de sociedade. As variações das taxas de criminalidade são correlatas à transformação da própria natureza dos organismos sociais.

O passo seguinte é tentar demonstrar que à generalidade, que permite identificar o normal, corresponde a própria natureza dos fenômenos, ou seja, não é ocasional mas "se prende às condições gerais da vida coletiva do tipo social considerado". Em outras palavras, pretende apresentar o *geral* como o *necessário*. Na explicação da generalidade transpira a tendência determinista e funcionalista do autor: "seria inexplicável que certos caracteres se possam generalizar em uma espécie, caso não fossem pelo menos em seu conjunto os mais vantajosos e produzissem nos indivíduos meios de resistir melhor às causas da destruição" (Durkheim, cap. I, 1974). O pressuposto evolucionista da seleção natural, ou seja, da permanência das formas superiores e eliminação dos inferiores é manipulado para justificar a defesa da "normalidade".

Nos casos de transição social, em que "um aspecto social não cumpriu sua evolução integral" a verificação da normalidade seria indispensável pois poderia ocorrer que um fa-

to fosse geral por ser herança de um *tipo social* passado sem que correspondesse às exigências da situação atual. Neste caso, mesmo sendo *geral*, o fato apenas teria aparência de *normalidade*.

Desse modo, explicando a *generalidade* por causas supostamente naturais, Durkheim supõe ter enquadrado "o desejável" em termos do que "é observável" e portanto mantendo-se objetivo ao propor esquemas de ação que permitam aos homens de Estado "manter o estado normal", restabelecendo-o quando está perturbado pelo reencontro de suas condições de equilíbrio.

As *Regras, Relativas à Constituição dos Tipos Sociais*, já implícitas na forma de distinguir o normal do patológico, reforçam a posição do autor de, através de fatos devidamente observados, agrupados e catalogados sob o critério de semelhanças e diferenças (tipos sociais), chegar a descobrir relações relativamente invariantes (leis) a serem enfeixados em teorias.

O conceito de *espécie social* é análogo ao de *espécie biológica* pois que resulta do agrupamento das unidades observadas, no caso sociedades, a partir das características estruturais comuns que apresentem.

Considerando a *espécie social* como o resumo das unidades com constatadas semelhanças, reconhece a impossibilidade de um inventário completo de todos os casos individuais para a *Constituição das espécies*.

As críticas ao método indutivo que envolveria na passagem do nível do particular ao nível de generalizações o erro lógico da regressão ao infinito, Durkheim responde que tais dificuldades podem ser contornadas pela substituição dos "fatos vulgares que não são demonstrativos senão quando muito numerosos", por critérios de seleção que referindo-se a características essenciais dos fatos dispensam o levantamento exaustivo de dados.

Somente deste modo a *classificação* atingiria os objetivos de simplificar o trabalho científico substituindo a multiplicidade infinita de fatos por um número reduzido de tipos, dando pontos de referência que permitam a classificação de outros caracteres além daqueles que lhe servem de base e possibilitando novas descobertas.

O problema que se coloca, porém, é como selecionar tais critérios se, segundo Durkheim, no início da pesquisa tem-se apenas dados cuja natureza desconhecida não permitiria um

reconhecimento prévio de que é ou não *essencial* sem que se incorresse em subjetivismos.

A solução sugerida é a análise das sociedades do ponto de vista de sua composição, ou "morfologia". Ao propor a decomposição do *todo*, apóia-se no *pressuposto estruturalista* de que a natureza do produto depende da natureza, número e organização dos elementos que compõem. Desse modo, a classificação seria feita através da identificação do mais primitivo e simples elemento, do átomo a que em última análise seriam redutíveis todas as sociedades. A linha classificatória se aproxima assim do evolucionismo de Spencer em que os tipos sociais se tornam mais complexos à medida que cresce o número de elementos componentes a serem articulados.

A *horda* é tomada como átomo social ou unidade mais simples. Considerando que toma como critério de primitivismo o número de componentes de uma estrutura e sua diferenciação interna, a horda refere-se à sociedade que se "constitui de um único segmento, sem que contenha, no interior do grupo total, grupos especiais, e não apresenta nenhum traço de segmentação anterior".

O autor admite a inexistência histórica de sociedades do tipo *horda*, mas vê nas *sociedades clânicas* uma repetição de hordas justapostas, que por sua vez dariam origem às sociedades polissegmentárias simples às polissegmentárias compostas, até os exemplos mais evoluídos das sociedades industriais.

Sem pretender ter chegado a uma classificação completa da escala tipológica social, Durkheim enuncia o princípio de que a espécie mais complexa resulta sempre do processo de evolução do tipo que a antecede.

Constituídos os tipos, poder-se-ia distinguir variedades em cada um deles, verificando até que ponto a composição primitiva não afeta mais a organização administrativa e política da sociedade resultante. (Durkheim, 1974, pág. 74).

Todos os procedimentos e regras fixados para delimitação, observação e classificação do objeto do estudo apenas preparam o caminho para o que, segundo Durkheim, compete realmente à sociologia, como ciência, a *explicação dos fatos sociais*.

A explicação sociológica abrange a identificação das causas e funções dos fatos sociais. O autor deixa claro que mostrar para que servem os fenômenos sociais, ou seja, quais as suas funções, não é suficiente para explicar-lhes a natureza,

nem o porquê de sua existência. As causas, ou seja, os fatores dos quais depende a ocorrência dos fatos, não se confundem com a utilidade que porventura tenham.

Os fatos sociais, tais como quaisquer outros fatos naturais, não encontram explicação no âmbito dos desejos e das necessidades humanas já que sua existência é determinada por fatores externos aos sujeitos e que somente a investigação rigorosa permitirá identificar.

A pesquisa social para o autor deverá orientar-se no sentido de responder as seguintes questões:

- a) Qual a causa eficiente que produz o fato social?
- b) Qual a função que desempenha?

A noção de causalidade é relacionada com a regularidade com que o fenômeno se reproduz dadas as mesmas circunstâncias. É no quadro circunstancial que envolve a sua ocorrência que a causa deve ser procurada. Durkheim explicita porém que, se um fenômeno é de natureza sociológica, a causa que o determina deverá necessariamente ser da mesma natureza, ou seja, social, sendo portanto falsas todas as explicações de caráter psicológico, biológico, geográfico, etc. Durkheim delimita assim o ângulo sociológico de investigação da causalidade que abrangeria todos os fatores que compõem o *ambiente* ou *meio social*.

As emoções, as representações e tendências coletivas, etc., não podem ser reduzidas às consciências individuais, pois embora o *coletivo* não exista no vácuo, ou seja, sem a presença dos indivíduos, não se pode deduzir daí que "o todo é a mera soma das partes" e portanto por elas explicável. O caminho da explicação sociológica é para Durkheim exatamente inverso: é pelo fato de pertencer a um certo ambiente social, que lhes é portanto exterior, que as consciências individuais praticamente reproduzem os "modelos coletivos".

A explicação é complementada pela localização da *função* que o fato social em questão desempenha, ou seja, como contribui para manter a harmonia do sistema mais amplo em que se insere. Segundo Durkheim, a permanência de um fenômeno social depende de sua funcionalidade dentro do sistema, embora admita que possa ocorrer a sobrevivência de certos fatos que perderam suas funções.

O autor enfatiza a importância do que chama fatos da *morfologia social* para a explicação sociológica já que admite que "se a condição determinante dos fenômenos sociais

consiste no fato mesmo da associação, tais fenômenos devem variar de acordo com as formas de associação, isto é, segundo a maneira como se agrupam as partes constituintes da Sociedade" (Durkheim, 1974, pág. 98).

Dai a sua afirmação de que "a origem primeira de todo processo social deve ser buscada na constituição do meio social interno" (Durkheim, 1974, pág. 98). Este *meio social interno* se constitui de duas espécies de elementos: *coisas*, objetos materiais utilizados, o direito constituído, usos estabelecidos, monumentos literários, artísticos, etc. e *pessoas*. Mas como julga que as transformações sociais são acionadas pelas pessoas, é no meio humano, que recomenda sejam concentrados os esforços para detectar quais diferentes propriedades do meio social são suscetíveis de atuar sobre o curso dos fenômenos sociais. O autor cita inclusive duas ordens de propriedades que admite tenham este caráter determinante na configuração dos fenômenos sociais:

- a) O *número de unidades sociais* que compõem a sociedade, ou seja, o *volume social*.
- b) A *intensidade dinâmica* que abrange o grau de interação e estreitamento moral que se estabelece entre os indivíduos. Admitindo uma relação relativamente constante entre *densidade material* (que inclui não apenas número de habitantes por superfície, mas as diversas vias de comunicação social) e *densidade dinâmica* propõe o seguinte princípio: "todo acréscimo no volume e na densidade dinâmica das sociedades, tornando a vida social mais intensa, estendendo o horizonte que cada indivíduo abarca com o pensamento e enche com sua ação, modifica profundamente as condições fundamentais da existência coletiva" (Durkheim, 1974, pág. 100).

Nas *Regras Relativas à Administração da Prova* o autor estabelece o método para demonstrar empiricamente a relação de causalidade entre fatos sociais. Em termos empíricos a relação de causalidade entre dois fenômenos reduz-se à constatação de que a presença de uma (causa) condiciona a ocorrência do outro (efeito), do que decorre a exigência de observações comparativas entre a forma como os fenômenos reagem entre si.

Durkheim admite que o método de experimentação em que o pesquisador produz artificialmente os fenômenos a se-

rem estudados é inviável para a sociologia, restando-lhe apenas o caminho que denomina, "experimentação indireta", "método comparativo" ou mais especificamente das "variações concomitantes".

Isto significa que a "lei de causalidade" seria demonstrada na constatação de que dois fenômenos variam regularmente em uma determinada direção.

Considerando que, para Durkheim, as manifestações empíricas expressam a "natureza das coisas", se há uma correlação na forma como dois fenômenos se desenvolvem empiricamente, isto significa que suas naturezas estão também conectadas, ou seja, um depende do outro.

Deslocando a noção de causalidade para o plano do constatável empiricamente, o autor tenta descartá-la das propriedades de "construção lógica" do sujeito que perturbariam o caráter *absoluto* das "leis" estabelecidas. O axioma da *pluralidade causal* ou seja que "talvez um mesmo conseqüente não resulte sempre de um mesmo antecedente", admitido por Stuart Mill, é veementemente negado por Durkheim pois neste caso as "leis causais" fixadas pela ciência seriam abaladas em sua feição determinista. Se uma causa relaciona-se apenas a um efeito e vice-versa, a tarefa científica de descobrir tais relações torna-se mais simples, pois é possível partir de um ou de outro ponto para chegar às mesmas conclusões, já que um conduz necessariamente ao outro, sem o perigo de "desvios" neste percurso imposto pelas evidências concretas. A pluralidade de causas assim como a unidade exterior dos efeitos são sempre aparentes, e, segundo Durkheim, não resistem a observações metódicas. Entre vários exemplos cita o crime (efeito) a que o senso comum atribui diferentes *causas* que na verdade se reduziriam a uma única: *o desrespeito aos valores e normas do grupo*.

O próprio autor reconhece porém que as leis elaboradas pelo método das variações concomitantes não indicam sempre causalidade, ou seja, pode ocorrer que os dois fenômenos sejam efeitos de uma mesma causa ou ainda que exista entre eles um terceiro fator que é efeito do primeiro e causa do segundo.

Desse modo como decidir "objetivamente" quando uma série de variações concomitantes indica ou não relação de causalidade? Neste ponto torna-se impossível ao próprio autor deixar de reconhecer que somente a interpretação dos resultados elaborados pelo sujeito permite tal ordem de de-

cisão. No entanto fixa procedimentos que visam “corrigir a subjetividade” dessa decisão que são:

- a) Procurar com o auxílio da dedução saber como um dos dois termos pode produzir o outro;
- b) Verificar o resultado desta dedução como auxílio de experiências ou seja novas comparações.

Se a dedução é possível e confirmada pelos fatos, a lei de causalidade está provada. No caso de não se perceber nenhuma “relação lógica” dedutível dos fatos correlacionados empiricamente ter-se-á que procurar um terceiro fator que funcione como explicação causal da regularidade. As regras do método conferem com a concepção positivista da ciência de que *toda regularidade tem uma causa* e que a tarefa do cientista é descobrir a *peça* que se encaixa no lugar que lhe é reservado no “quebra-cabeça”.

Durkheim afirma que o método das variações concomitantes aplicado à sociologia supre a ausência de outros métodos dada a imensa gama de variações dos fatos sociais susceptíveis de comparação, além de oferecer a vantagem de prescindir de um número ilimitado de casos para que se chegue às *leis* ou generalizações. “Desde que se provou que, num certo número de casos, dois fenômenos variam um e outro, da mesma maneira, pode-se ter certeza de estar na presença de uma lei” (Durkheim, 1974, pág. 117). No entanto acrescenta que o método só produz resultado, se aplicado com rigor, ou seja, de forma a demonstrar as variações de dois fenômenos em uma seqüência regular e contínua de seu desenvolvimento tomando-se, para tanto, número razoável de dados. O modo de construir as séries estatísticas varia segundo os fenômenos que se pretende analisar, podendo os dados serem extraídos de uma única sociedade, de muitas sociedades da mesma espécie ou de espécies sociais distintas.

Nos casos de “correntes sociais” que induzem a taxas específicas de suicídios, desquites, crimes, etc., o autor afirma que, desde que se disponha de número suficiente de dados estatísticos, é possível restringir a pesquisa apenas a comparações das variações dos fenômenos nos vários meios especiais que compõem a sociedade: região, profissão, idade, sexo, etc. Quando se trata de instituições ou normas que agem quase uniformemente sobre toda a extensão de uma sociedade, tais como as que regulam o casamento, devem ser incluídas comparações sobre a forma como se desenvolveram

nas várias espécies de sociedades e nos vários estádios de sua evolução, de modo a captar em razão de quais fatores tendem a variar.

A análise das "Regras do Método Sociológico" não deixa dúvidas sobre a orientação positivista de Durkheim presente na ênfase de engendrar um *conhecimento sociológico científico* tendo por critério de cientificidade a *objetividade* que pretende possível ser atingida. O método que prescreve é, em todas as etapas, marcado pelo esforço de demonstrar tal possibilidade: quando empresta o caráter de "coisa" aos fatos sociais; na ênfase à classificação e ordenação dos dados para extrair daí a revelação da sua natureza; na crença de que se constrói indutivamente o corpo teórico, na ânsia pelo conhecimento absoluto expresso em *leis de causalidade*, que seriam verdadeiras já que não são construções arbitrárias de uma "lógica subjetiva" mas sim a expressão de *relações naturais* registradas pelo pesquisador.

Aplicação da "Regra do Método Sociológico" ao "Suicídio" — análise crítica

Não faremos aqui uma descrição exaustiva do estudo de Durkheim sobre o "Suicídio". Grande parte dos dados serão omitidos, conservando-se apenas as linhas gerais do método e da argumentação utilizadas para chegar às "leis" e interpretações sobre o suicídio, de modo a tornar possível a análise crítica do grau de *objetividade* que o autor acredita ter atingido.

Para delimitar quais fatos constituirão o universo de observação, o autor parte do seguinte *conceito inicial* do suicídio: "todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato positivo ou negativo praticado pela própria vítima, ato que a vítima sabia dever produzir este resultado" (Durkheim, 1973, pág. 11).

A preocupação seguinte é demonstrar empiricamente o caráter social do suicídio, fixando os parâmetros de análise dentro de uma perspectiva especificamente sociológica.

A *Natureza Social* do fenômeno deveria assim ser apreendida no conjunto de suicídios cometidos numa dada sociedade em uma certa unidade de tempo, ou seja, a "taxa social" de suicídios que cada sociedade apresenta. A especificidade social é evidenciada no exame de séries estatísticas que revelam que o fenômeno evolui de modo regular e que cada sociedade mantém uma taxa de suicídios que lhe é característica

permanecendo quase inalterável durante longo período de tempo. Esta *tendência coletiva ou taxa social de suicídios* de uma sociedade pode ser medida e representada numericamente tomando-se a relação entre o número global de mortos voluntários e a população global.

Durkheim utiliza o raciocínio por exclusão para demonstrar que tal regularidade apenas é explicável por fatores sociais, ou seja, decorrentes da natureza e organização do meio social. Assim é que elimina a possibilidade que a "taxa de suicídios" seja provocada por fatores de ordem individual (orgânica ou psíquica) ou de ordem cósmica (ambiente físico). A objetividade das deduções é "garantida" pela comparação minuciosa das curvas evolutivas do suicídio em vários países com as curvas de evolução dos fenômenos que o senso comum freqüentemente toma como explicativos, tais como: estados psicopáticos, alcoolismo, a imitação, estados psicológicos, raça, hereditariedade, clima, estação do ano, hora do dia, etc. O autor mostra que na maior parte dos casos não há relações regulares na forma como os fenômenos comparados se comportam. Nos casos em que há concomitância de variações, tais como maior incidência de suicídios nas estações ou horas mais quentes do dia, o autor apela para um outro fator de ordem social subjacente às correlações e que seriam para ele a explicação verdadeira: nas horas mais quentes do dia, assim como no verão e primavera, as atividades sociais são também mais intensas.

As correlações entre suicídio, sexo e idade, também constatadas, recebem o mesmo tipo de tratamento, sendo interpretadas como decorrentes de condições sociais distintas a que estão submetidas pessoas de sexo e idades diferentes.

Em síntese, todos os procedimentos de investigação consistem em procurar nos diferentes meios sociais as condições de que dependem as variações da "taxa de suicídios".

O Método para construir a "Explicação Social do Suicídio": tipologia, causa e função

Partindo do pressuposto de que a explicação científica emana dos dados é para estes que Durkheim se volta.

O seu procedimento inicial é agrupar os casos de suicídio de acordo com as semelhanças e diferenças apresentadas. Aliás, a atividade classificatória é para Durkheim indispensável para a solução do enigma da natureza dos fatos e portanto ele a utiliza em todas as etapas do estudo. A descoberta

de relações de causalidade se vincula diretamente à constituição de tipologias. Isto porque, como já discutimos na primeira parte deste trabalho, o autor admite que as regularidades observadas são efeitos de uma única causa. Daí a regra de que para constituir “tipos” se deve partir dos aspectos mais “exteriores” dos fenômenos, da forma como se manifestam.

Durkheim encontra porém dificuldades em dispor de critérios objetivos para classificar os suicídios por suas diferentes manifestações externas. Soluciona a questão pela inversão do método: em vez de partir da superfície dos fenômenos (efeitos) para chegar às causas, propõe uma classificação mista dos suicídios, ou seja, levando em conta possíveis causas (etiologia) e as formas concretas de realização dos atos (morfologia).

Desse modo é que constitui a tipologia dos suicídios sem discutir inicialmente porque são diferentes, apenas reunindo-os em classes segundo as condições de semelhanças e diferenças observadas. A vantagem da classificação etiológica mencionada por Durkheim é que “penetra-se mais fundo nos fenômenos e pode-se a partir da natureza das causas deduzir a natureza dos efeitos que se encontram assim simultaneamente caracterizados e classificados.

Combinando os critérios etiológico e morfológico Durkheim distingue três tipos de suicídios:

- a) suicídio egoísta;
- b) suicídio altruístico;
- c) suicídio anômico.

Suicídio Egoísta — o primeiro tipo é constituído a partir da análise do comportamento da curva dos suicídios nos seguintes meios sociais especiais: sociedade religiosa, sociedade familiar, sociedade política.

Compara a taxa de suicídios em países europeus predominantemente católicos, protestantes e judaicos, encontrando as seguintes correlações estatísticas para a generalidade dos casos: quanto maior o número de protestantes mais alta a taxa de suicídios, quanto maior o número de católicos, mais baixa a taxa de suicídios, sendo que a taxa mais baixa foi encontrada entre os judeus.

Constatada as conexões empíricas restaria localizar em que diferem tais credos religiosos de modo a afetar as taxas de suicídio. Durkheim aponta como diferença fundamental o grau de *libre arbitrio* que cada uma das três sociedades reli-

giosas proporciona aos seus membros. O livre arbítrio porém não seria mais que efeito de uma outra causa já que surge apenas quando ocorre o abalo dos credos tradicionais que perdem assim o poder de determinar e orientar o comportamento dos sujeitos. Na ausência de *controles externos da conduta* tenderiam a desenvolver-se *critérios individuais* induzindo ao aumento da "capacidade de reflexão e amor à cultura". Tal conjunto de deduções lógicas que a explicação implica conduz a novas hipóteses que o autor tenta constatar:

a) o "amor pela cultura é mais forte entre protestantes que entre os católicos";

b) "na medida em que se revela um abalo dos credos vulgares, variação idêntica é revelada pelo suicídio". (Durkheim, 1973, pág. 171).

Resta, porém, o caso que não confirma a lei: entre os judeus o grau de instrução é o mais alto, e o número de suicídios é o mais baixo. A exceção necessita também ser explicada e Durkheim o faz afirmando que entre os judeus não é o "livre arbítrio" que leva à procura de mais instrução, mas, sim, o fato de que sendo um grupo minoritário necessita buscar *canais de reconhecimento social*.

Conclui o autor então que "não é à natureza das concepções religiosas que se deve a influência benéfica da religião na redução dos suicídios" mas sim o atributo da natureza da religião como sociedade, qual seja, o grau de coesão ou de integração que lhe é peculiar e que pode ser atestado "no número de crenças e práticas comuns a todos os crentes, e por conseguinte obrigatórios" (Durkheim, 1973, pág. 182). As religiões católica e judaica apresentariam em comum um alto grau de integração ou coesão.

Para analisar o efeito da sociedade familiar sobre o suicídio compara a taxa de suicídios de solteiros e casados em números absolutos atestando que os primeiros se suicidam menos que os segundos. Esta comparação porém para o autor seria inadequada, conduzindo a conclusões falsas por não considerar a influência do fator idade. Os solteiros são mais jovens e por isso tendem a se suicidar menos já que a tendência para o suicídio se agrava com a idade.

Isolando o fator idade dos dados agregados e comparando a taxa de solteiros e casados dentro de uma mesma faixa etária a relação se inverte: os casados apresentaram uma taxa de suicídios mais baixa.

Efetuando novas séries de comparações com os dados desagregados por sexo, idade e estado civil, Durkheim chega às seguintes "leis":

1) "Os casamentos demasiado precoces têm uma influência agravante sobre o suicídio, sobretudo no que diz respeito aos homens";

2) "A partir dos 20 anos os casados dos dois sexos se beneficiam de um coeficiente de preservação do suicídio em relação aos solteiros";

3 "O coeficiente de preservação dos solteiros varia segundo os sexos";

4) "O sexo mais favorecido pelo casamento varia conforme as sociedades e a importância da diferença entre as taxas dos dois sexos varia segundo a natureza do sexo mais favorecido";

5) "A viuvez reduz o coeficiente de ambas as partes mas na maior parte das vezes não o suprime completamente;"

6) "O coeficiente de preservação dos viúvos em relação aos celibatários varia conforme o sexo;"

7) "O sexo mais favorecido na viuvez varia conforme as sociedades e a importância da diferença entre as taxas dos dois sexos varia segundo a natureza do sexo mais favorecido." (Durkheim, 1973, pág. 193-195.)

Após o estabelecimento das "leis" ou correlações empíricas, o autor passa a interpretá-las sociologicamente ou seja excluindo a possibilidade de que a explicação resida em ordem de fatores extra-sociais entre os quais a *seleção matrimonial* é o mais citado. Usando o mesmo método das variações concomitantes demonstra a independência da taxa do suicídio de "possíveis qualidades excepcionais" que conduziriam as pessoas ao casamento.

Para localizar o fator causal decompõe a sociedade familiar em seus componentes:

- a) O outro cônjuge;
- b) Os filhos.

Novas comparações são então efetuadas entre os índices de suicídios entre casais com e sem filhos, considerando idade e sexo dos cônjuges; entre viúvos com e sem filhos, etc., chegando Durkheim a concluir que os homens se beneficiam mais da sociedade conjugal, e que as mulheres apenas se beneficiam do casamento, se têm filhos, pois que na ausência

destes deteriora-se o *coeficiente de preservação* em relação aos solteiros.

A interpretação desta ação diferenciada da sociedade familiar sobre os sexos é para Durkheim decorrente do fato de que as mulheres têm um nível de vida rudimentar e portanto sua conduta é regulada por centros mais instintivos, o que implica que o casamento atue sobre elas como uma sobrecarga à sua liberdade sem que retirem dele vantagem equivalente.

A explicação mais geral, por se ajustar a todas as "leis" deduzidas das investigações é a de que é o grau de integração da sociedade familiar em sua *densidade* física e moral que determina a taxa de suicídios.

Explicação análoga é dada para a variação da taxa de suicídios em diferentes sociedades políticas, que aumentaria ou declinaria em função dos graus de integração do sistema político (participação e idéias comuns, institucionalização, etc.).

A univocidade causal observada no estudo das sociedades familiar, religiosa e política leva o autor a classificar este tipo de suicídio como *egoísta*, já que seria determinado por um exacerbamento do individualismo permitido pela regressão da coesão dos diversos meios sociais.

A explicação assume assim o *status* de generalização absoluta.

Suicídio Altruísta — o autor agrupa os suicídios que julga tenham como causa comum a "individualização insuficiente" ou seja a diluição dos indivíduos no meio social ao ponto de uma alienação total de si. Daí o nome suicídio altruísta, já que o controle do comportamento dos sujeitos é inteiramente comandado "de fora" e apenas a noção dos valores grupais tem significado.

Este tipo de suicídio, segundo Durkheim, é endêmico nas sociedades primitivas exatamente porque elas se caracterizam pela homogeneidade do meio social, onde não existem padrões alternativos de conduta e o controle social diretamente exercido praticamente impossibilita desvios dos padrões estabelecidos. O autor procura validar suas proposições não mais apoiado em séries estatísticas mas na descrição de suicídios nas sociedades primitivas, em que a morte é considerada ato de heroísmo ou de desprendimento. O autor distingue dentro deste tipo duas variedades: o suicídio obrigatório e o facultativo. Na primeira variedade os sujei-

tos estão submetidos a situações sociais em que a pressão social os induz ao suicídio (sanções negativas) e na segunda o suicídio é procurado por ser socialmente valorizado, implicando em "aumento de estima" (sanção positiva).

Nas sociedades mais modernas o autor admite a existência do suicídio altruísta em meios sociais específicos, cuja natureza se aproximaria das sociedades primitivas em termos do alto grau de poder regulador da conduta, incluindo como exemplo as organizações militares.

Retorna à utilização de séries estatísticas para mostrar que a curva do suicídio assume índices regularmente mais altos para os militares em relação aos civis. Por novas comparações exclui a possibilidade de que essa regularidade seja ocasionada por fatores não sociais tais como as dificuldades e rigores da vida na caserna.

A explicação desta relação empírica prende-se pois à "natureza social" específica das corporações militares que treinam seus membros para seguirem ordens e dispõem da própria vida quando assim lhes for exigido pelos valores nacionais feridos.

O Suicídio Anômico. Nesta categoria o autor inclui o suicídio cuja causa atribui a redução do poder regulador do comportamento que o meio social exerce.

Para chegar a concluir que *existe uma relação entre a maneira como a sociedade exerce sua ação reguladora e a taxa social de suicídios*, Durkheim verificou que o número de suicídios aumentava sistematicamente nos períodos de transformações sociais, crises financeiras, transições políticas e sociais.

Nega que fatores tais como privações, miséria, dificuldades de vida envolvidos em situações de crise estejam relacionados com a elevação da taxa de suicídios já que não se confirma empiricamente a predição de que a mesma decresça com o aumento do bem estar. Para o autor a explicação se encontra no *estado de anomia* ou seja, a não substituição dos antigos critérios normativos por outros, ponto comum a todas as situações de transformações sociais.

À classificação etiológica do suicídio centrada nos fatores: *baixa coesão social* (suicídio egoísta), *alta coesão* (altruísta) e *anomia*, Durkheim associa ainda os "estados individuais" dos suicidas para compor um quadro classificatório mais abrangente, em que entram tipos mistos tais como o ego-maníaco, o anômico-altruísta e o ego-altruísta.

O Caráter de Normalidade e Função do Suicídio

Partindo do critério de *generalidade* para definir o que é *normal* Durkheim enquadra nesta categoria o suicídio já que todas as sociedades apresentariam uma tendência específica para tal comportamento.

Da concepção do *normal* como o que não pode ser suprimido já que deriva da "natureza da coisa", o autor extrai o conceito de "função": um fato é geral e tende a permanecer quando preenche a certos fins úteis, mantendo o equilíbrio da estrutura de que é parte.

Considera portanto que as correntes suicidógenas que atingem certos meios sociais específicos desempenham funções de manutenção de focos de individualismo, de altruísmo e anomia necessários ao "desenvolvimento saudável" das sociedades.

Para o autor sem que o individualismo e a anomia estejam em um certo grau presentes na constituição das sociedades não se tornaria possível o progresso que supõe exatamente a oposição entre o indivíduo e o meio social, e um certo enfraquecimento do poder de coesão que o mesmo é capaz de exercer.

O altruísmo, por outro lado, permitiria que os interesses coletivos se impusessem aos sujeitos e os levassem a defendê-los, quando isto se fizesse necessário.

Durkheim acrescenta porém que a condição de "normalidade" do suicídio só é concebível se para cada espécie suas taxas se mantêm dentro de certos limites.

Daí admitir que o crescimento excessivo de todos os atos considerados socialmente criminosos, em que o suicídio é incluído, seja indício de um desenvolvimento *anormal* assumido pelas sociedades e portanto a exigir medidas corretivas.

Para fazer retornar as correntes suicidógenas ao "curso normal", prescreve como "terapia" a reformulação das associações profissionais por julgar que são as únicas capazes de mobilizar os sujeitos e reviver tanto o espírito altruístico como a coesão social perdidos no decorrer de um desenvolvimento social desordenado.

Análise Crítica

Como já acentuamos anteriormente, Durkheim ao enunciar as "Regras do Método Sociológico" e ao aplicá-las orienta-se no sentido de atingir um conhecimento absolutamente objetivo.

A nossa crítica apoia-se nos próprios preceitos metodológicos e resultados a que chega Durkheim em seu estudo sobre o suicídio para mostrar a fragilidade das pretensões de objetividade extrema. Desse modo é que fixaremos nossa análise nos seguintes pressupostos positivistas que transpiram ao longo das obras de Durkheim já mencionadas (*Regras do Método Sociológico* e *O Suicídio*).

- a) A suposição de que todo conhecimento científico é extraído do contacto com os dados;
- b) Por derivar dos dados as teorias seriam necessariamente construídas *a posteriori* pelo método de indução;
- c) A noção de causalidade como “nexo natural” entre fatos e por consequência captável pela observação.

Questionaremos a “objetividade” do critério de decisão sobre a *funcionalidade* de um fato social nos seguintes termos:

É isenta de tendenciosidade a forma como o autor distingue o *normal* do *patológico* e indica como o conhecimento sociológico pode ser aplicado na “profilaxia e terapêutica da saúde” das sociedades?

No que se refere ao item *a*, Durkheim supõe que é pela observação e classificação dos fatos por semelhanças e diferenças que se chega a elucidar a sua natureza (daí a regra que considera fundamental: “tratar os fatos sociais como coisas”). Ora, as operações de *observar* e *classificar* realizadas pelo sujeito não se processam em um vácuo teórico ou com o isolamento de todas as “pré-noções” como supunha Durkheim.

Como ele próprio afirma, a *classificação* dos fatos deve ser feita por critérios *essenciais*. Ora, o objeto tem inúmeras características captáveis mas nada nos informa sobre qual ou quais podem ser consideradas essenciais. Na verdade o critério *essencial* se prende de forma nítida aos objetivos do sujeito, assim é que varia em função da perspectiva de análise assumida. Ao limitar o “*conceito inicial*” de suicídio apenas às *mortes voluntárias*, em que “existe consciência dos resultados do ato realizado”, o autor traça as fronteiras que compatibilizam o “objeto de observação” com a sua perspectiva de análise sociológica já que o elemento *ser intencional* é pleno de significado social. Ficam desde logo excluídos todos os casos de suicídios de psicopatas cujo fator explicativo esta-

ria localizado na constituição física dos sujeitos (extra-social portanto). Enfim, no decorrer de todo o processo de investigação os procedimentos adotados tendem a fechar cada vez mais o ângulo de observação de modo a que comporte apenas o que se ajusta ao que o autor concebe como *fato social*. Poder-se-ia acrescentar ainda que o critério de ser ou não suicídio um ato voluntário peca pela ambigüidade que o autor condena já que na maioria dos casos trata-se de um estado com fronteiras pouco nítidas para o próprio sujeito e muito mais ainda para observadores.

Para isentar a análise de quaisquer resquícios de interpretações centradas em motivações individuais o autor recomenda que apenas as taxas de suicídio apresentadas pelas sociedades devem ser objeto de investigação. Subjacente a essa *seleção* há toda uma gama de pressupostos teóricos que o autor assume no que se refere a "natureza social" destas taxas entre as quais destacamos:

- 1) A permanência das taxas prende-se a características próprias da "consciência coletiva".
- 2) A regularidade das mesmas indica que sua ocorrência relaciona-se com as condições específicas das diferentes estruturas dos meios sociais em que ocorrem.

Outros argumentos poderiam ainda ser arrolados para contestar a suposição de que o conhecimento é determinado pelo objeto que se oferece à observação. Cremos porém que os já levantados são suficientes para mostrar que desde os momentos iniciais o estudo do suicídio carrega em seu bojo as concepções teóricas do autor que delimitam o *que observar, como observar e interpretar*. Isto reforça a tese defendida por Pedro Demo de que a questão empírica é primeiramente uma questão teórica (Demo, 1974).

O "objeto de observação" é na verdade "construído" por Durkheim. Não queremos afirmar com isto que não se refira a *coisas reais* mas sim que o "recorte deste real", que é condição para efetivação do conhecimento, envolve uma certa dose de subjetividade, mesmo quando o autor pretende que os momentos que envolvam decisões sobre *o que selecionar, como classificar*, tenham por base critérios impessoais. É o que ocorre quando Durkheim propõe como critério *objetivo* para classificar os tipos de sociedades, partir da forma mais simples de sociedade existente (a horda) para ordenar

os tipos seguintes por graus de complexidade que apresentem e que podem ser medidos em função do número e forma como se combinam os *elementos* de que são compostos. Ora, dos dados não exalam indicações suficientes que garantam a *objetividade* do critério. Na verdade o que se pode notar é uma seqüência de “deduções lógicas” tendo por base a noção de estrutura (que por sua vez já é um constructo) como “arranjo de partes” e a transposição por analogia dos princípios evolutivos explicativos da formação e transformação das espécies biológicas. Os dados são portanto manipulados em razão da postura teórica do autor o que contraria a sua própria suposição de que por se encontrar a sociologia em fase de imaturidade como ciência deveria partir tão-somente dos dados para construir indutivamente o seu corpo teórico (item *b*). O caminho percorrido por Durkheim no seu estudo sobre o suicídio não é exatamente o que preconiza ou seja, a elaboração *a posteriori* da teoria. Diríamos que o seu livro *As Regras do Método Sociológico é essencialmente teórico* e como tal orienta todo o processo de investigação que o autor realiza. Nele, o autor elabora, entre outros, os conceitos de “fato social”, de “meio social”, de “anomia”, de “coesão”, de “controle social”, de “função social”, que são instrumentais teóricos-chave na montagem da explicação social do suicídio. Quando Durkheim afirma que a principal tarefa do sociólogo é descobrir os aspectos específicos do meio social que podem exercer alguma influência sobre o desenvolvimento dos fenômenos sociais fornece exatamente o roteiro teórico da investigação social. Especifica quais fatores deverão ser “selecionados”, quais as explicações possíveis, quais fatores deverão ser “descartados” etc. Na verdade, a noção do *meio social* é de abrangência absoluta, funcionando como “universo teórico” ao qual se deve voltar a explicação para, virtualmente, todas as manifestações da conduta humana. O processo de investigação é assim direcionado para o estudo dos efeitos específicos da composição dos diversos meios sociais considerados causas de quaisquer manifestações de regularidades no comportamento humano que possam ser taxadas de sociais. O percurso é, pois, do geral ao particular (fatos) e não o inverso como supunham os defensores do mito da “observação ingênua” (sem embasamento teórico) que julgavam estar as teorias na “ponta final” do processo de investigação.

Na verdade o processo de produção de conhecimentos nos parece circular ou seja, geral (teórico) → particular (da-

dos → geral), havendo uma relação de reciprocidade entre os elos do círculo.

Concordamos com Van Dalen quando afirma que a própria utilização da "metodologia científica" para chegar a generalizações ou leis confiáveis, baseia-se em certos postulados teóricos sobre a natureza do real (objeto do conhecimento) quais sejam (Dalen, 1962, pág. 29-45):

- a) os fenômenos naturais apresentam certas regularidades ou semelhanças que permitem classificá-los como pertencentes ao mesmo tipo;
- b) apresentam certas constâncias ou seja possuem estruturas pelo menos relativamente estáveis de modo a tornar possível não apenas captá-los mas admitir que o conhecimento obtido tem poder explicativo por uma dimensão de tempo mais ou menos longo;
- c) negação de que os mesmos ocorram aleatoriamente, ou seja, é sempre possível descobrir a causa que determina a sua ocorrência.

Analiseemos no estudo do suicídio até que ponto as relações de causalidade estabelecidas pelo autor são impostas pelos dados.

Como vimos a classificação etiológica do suicídio elege três fatores causais respectivamente correspondentes a cada tipo de suicídio: baixa coesão, alta coesão e anomia. Para chegar a identificar estes fatores causais, Durkheim parte do exame de séries contínuas de variações do suicídio em diferentes meios sociais específicos: a família, a religião, sociedades políticas, etc. Como a taxa de suicídio varia concomitantemente às diversas formas de organização social, admite encontrar aí a causa que explica sua ocorrência. Ora, objetivamente, o que se oferece são apenas dados correlacionados e, como o próprio Durkheim reconhece, nem sempre expressam *relações causais*. Para atingir o nível da explicação estes dados exigem do pesquisador a formulação de interpretações lógicas, de deduções que necessariamente remetem a um quadro referencial teórico. É o que Durkheim faz quando exclui *explicações* alternativas possíveis para uma mesma correlação empírica conservando apenas a explicação que se ajusta à ótica sociológica. Em termos indutivos não há garantias de que no "salto" dos dados para a *explicação* (que admite verdadeira) se tenha realmente tes-

tado a ação de todos os fatores que poderiam explicar os mesmos dados, (Durkheim elimina apenas os fatores que supõe irrelevantes). Quando explica, por exemplo, que as mulheres se suicidam menos que os homens (constatação empírica) porque sua constituição moral é menos evoluída, sem comportamento mais instintivo, não são os dados correlacionados empiricamente que fornecem tais argumentos...

Como toma para comparação *sociedades*, ou seja unidades complexas e compactas, apenas o "faro teórico" poderia conduzir o autor a especificar como fatores causais a coesão, a anomia, a integração. Já vimos inclusive que o próprio autor constroi teoricamente as noções de "coesão", "anomia" e "integração social" ao mesmo tempo que fornece, apenas de modo impreciso, os indicadores ou referenciais empíricos que lhe são correspondentes.

Como já dissemos os termos *leis e relações causais*, utilizados por Durkheim atestam uma inclinação positivista em que os *dados* são sacralizados.

A diversidade de causas que Durkheim atribui ao suicídio nos parece imprópria. Como afirma Theodore Abel, o que Durkheim faz é muito mais especificar quais as condições que tendem a *agravar* ou *reduzir* a ocorrência de suicídios. As "causas" são *inferidas* de um bloco de informações sem nenhuma garantia objetiva dos "nexos necessários e naturais" das "leis" enunciadas.

Na verdade os três tipos de suicídios podem ser reduzidos a apenas um já que os fatores explicativos aludidos referem-se apenas à coesão em diferentes graus.

A concepção de que a uma causa se vincula apenas um único efeito e vice-versa é um recurso utilizado por Durkheim que lhe permite preservar a validade de suas "leis" já que sempre que não haja correspondência entre os efeitos que se observa e as predições feitas é sempre possível apelar para a afirmação de que se trata de "coisas diferentes" e portanto dependendo de "causas diferentes"...

As pretensões de objetividade de Durkheim tornam-se extremamente vulneráveis principalmente quando o autor estabelece que a *generalidade* de um fato social indica a sua normalidade e o que é normal tende a ser funcional (item *d*).

O que se pode constatar empiricamente é tão-somente a alta freqüência de ocorrência de um fato. Todo o arcabouço de deduções posteriores de que se é geral deve corresponder as condições específicas da organização social, não poderia deixar de existir etc., são construções do autor (sujeito) sob

uma perspectiva que lhe é peculiar. A objetividade escapa mais uma vez quando o autor afirma que nos *casos de transição* pode ocorrer que um fato seja geral e não seja normal por constituir-se herança de estágios anteriores da sua evolução. Para tais casos indagamos se há fatos definitivos que nos informem quando uma sociedade completou ou não um certo estágio de sua evolução.

Voltamo-nos neste ponto a uma questão subjacente a qualquer classificação e que Bachelard explicita: a ordem é própria da natureza ou introduzida por um sujeito para atender a determinados objetivos? O que nos faz acreditar em uma ação nítida do sujeito é que os mesmos dados se prestam a diferentes classificações dependendo do critério que se adote. Nos vários autores encontramos diferentes marcos para distinguir os "estádios de evolução social", o que demonstra a mobilidade de fronteiras que se deslocam sob impulsos emanados dos sujeitos. Se Durkheim afirma que o suicídio é "normal" desde que sejam mantidas para cada tipo de sociedade taxas que não ultrapassem certos limites, como saber objetivamente qual volume de suicídios passa a ser *anormal* e portanto disfuncional?

A atitude de *neutralidade* do autor quando defende a ação prática da Sociologia na manutenção da normalidade dos fenômenos sociais, é portanto bastante duvidosa. Durkheim pretende a tarefa impossível de montar critérios éticos cujo caráter emane da natureza das coisas.

A proposta de medidas que corrijam o grau de anomia e de egoísmo que produziriam taxas patológicas de suicídios das sociedades modernas escapa totalmente aos ideais de objetividade contidas na afirmação do autor: "não são senão as experiências metódicas que podem arrancar às coisas o seu segredo". (Durkheim, pág. 126, 1974). A roupagem de "objetividade" não consegue disfarçar a ideologia da estabilidade.

Considerações Finais

O que criticamos em Durkheim é a ilusão de que os procedimentos metodológicos que prescreve permitem um acesso aos fatos que por si só é revelador.

É essa versão de um conhecimento determinado predominante pelo objeto que rejeitamos. O que não implica em diminuir o papel da investigação empírica como único recurso de contrastação entre o especulativo e o real sem o qual nenhuma ciência avança. O erro consiste exatamente em

supor que o conhecimento se constrói apenas em um dos pólos, seja no sujeito ou no objeto.

A nosso ver a questão "objetividade *versus* subjetividade" é equacionada por Piaget através da visão dialética da relação entre sujeito e objeto. A sua tese, fundamentada em dados psico-genéticos, é de que o conhecimento se constrói progressivamente na ação do sujeito sobre o real, atingindo níveis cada vez mais complexos de apreensão cujo ápice são as operações simbólicas ou formais (as estruturas lógico-matemáticas).

A realidade exterior (objeto) é apreendida por um sujeito através de uma "assimilação ativa" que comporta processos de interpretar, tirar referências "acomodar" os dados aos esquemas mentais de que dispõe o sujeito de modo que o produto ou conhecimento do "objeto" nem é determinado por ele nem por outro lado lhe é independente. Para Piaget, tanto a "coisa" é construída como os esquemas mentais se reconstróem progressivamente da ação do sujeito sobre o real.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABEL, Theodore. — *Os Fundamentos da teoria sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1972.
- BACHELARD. — Pensée philosophique et esprit scientifique. In: *La philosophie du non essai d'une philosophie du nouvel esprit scientifique*. Paris, 1970, p. 1-17.
- BUNGE, Mario. — Filosofar científicamente y encarar la ciencia filosoficamente. In: *La ciencia, su método y su filosofía*. Buenos Aires: siglo XX, 1972, p. 123-156.
- DALEN, Deobald B. Van. — General concepts concerning the scientific method. In: *Undertanding educational research*. New York, 1962, p. 29-45.
- DEMO, Pedro. — *Base empírica da pesquisa social*. Rio de Janeiro, Centro João XXIII, 1974, mimeografado.
- DURKHEIM, Emile. — *O suicídio*. Lisboa, Ed. Presença, 1973.
- . — *As regras do método sociológico*. São Paulo, Ed. Nacional, 1974.
- MENEZES, E. Diatay B. de. — *Une epistemologie des sciences de l'homme: aspects de la contribution de Jean Piaget*. Université de Tours, 1975.
- PIAGET, Jean. — *A Epistemologia genética*. Rio de Janeiro, Vozes, 1971.
- POPPER, Karl. — "Três concepções acerca do conhecimento humano". In: *El desarrollo del conocimiento científico-conjecturas e refutaciones*. Buenos Aires, Paidós, 1967, p. 116-141.